

Como a extrema direita molda a ordem mundial

Rodrigo Nunes

Folha de S. Paulo, 18.jan.2026

Operação militar sinaliza que os EUA poderão usar a força em proveito próprio, sem dever satisfações a ninguém

[RESUMO] Autor argumenta que o ataque à [Venezuela](#) marca o início de uma nova era na política internacional, definida pela passagem da hipocrisia ao cinismo. Para compreendê-la, é preciso entender as tendências históricas e as demandas internas a que líderes de extrema direita como Trump respondem, como eles enxergam o mundo contemporâneo e como eles o estão refazendo à sua imagem.

Nos dias que se seguiram ao sequestro de [Nicolás Maduro](#) pelo [Estados Unidos](#), teve lugar um curioso debate em que alguns anunciam o fim definitivo da ordem internacional do pós-guerra enquanto outros respondiam que essa nunca passara de uma máscara para encobrir a verdadeira lei: a do mais forte.

Críticos demais para crer em mentiras, os segundos acabavam parecendo inocentes ao não ver a ruptura em curso. Já os primeiros acertavam em reconhecer a mudança, mas erravam o alvo na hora de nomeá-la.

A mutação que estamos vendo não reside na passagem de um sistema baseado em regras a um sistema baseado na força, visto que a força sempre foi o último recurso do arranjo anterior. Ela é antes uma transformação no modo de exercício da força, que poderíamos definir como uma passagem da hipocrisia ao cinismo.

Para dizer-lo resumidamente: o que a operação de 3 de janeiro sinaliza é que, nos tempos que se abrem, os Estados mais fortes estarão liberados para exercer seu poder sem precisar lançar mão dos discursos e procedimentos legitimadores da ordem liberal.

Não é mais necessário que se dê à busca de objetivos geopolíticos o verniz de uma mediação com a comunidade internacional; as únicas razões que efetivamente contam são aquelas que importam aos interesses nacionais e ao público doméstico —e isso não carece de ser escondido. Em outras palavras, o que há de novo no ocorrido em Caracas não é os EUA agirem de forma imperialista, já que isso nunca deixou de passar, mas eles dizerem sem subterfúgios que é isso que estão fazendo.

Tal mudança não significa, por óbvio, que a mediação acabou por completo e, a partir de agora, todos empregarão a força contra todos todo o tempo. Ela implica, antes, que teremos cada vez mais um sistema internacional dividido em três níveis.

No topo, as grandes potências bélicas mundiais, liberadas para agir de modo sempre mais unilateral contanto que evitem conflitos diretos entre si. Na base, os países de baixa envergadura política e militar, sujeitos ao arbítrio dos mais fortes e ao espólio de suas riquezas. No meio, por fim, aqueles Estados que talvez possam se dar o luxo de se tornarem mais impositivos em suas zonas de influência, mas que, incapazes de fazer frente a EUA, China e Rússia, são obrigados a negociar com esses e entre si, mantendo as aparências e mediações da antiga ordem internacional.

Na linguagem masculinista cara à extrema direita, se trata de uma divisão entre os alfas superpoderosos, os betas destinados à humilhação e os "cucks" (cornos), obrigados a continuar jogando um jogo cujas regras os jogadores maiores agora tratam como facultativas.

Descrever o novo cenário mundial nos mesmos termos em que a extrema direita faz seu mapeamento cognitivo da cadeia alimentar sexual não é um simples recurso retórico. Entender o ataque à Venezuela passa por vê-lo não como um sinal de irracionalidade, mas como uma tentativa de dar resposta às tendências históricas e às exigências materiais e simbólicas com que o governo norte-americano está lidando. Isso, por sua vez, nos obriga a compreender como líderes como Trump enxergam o mundo contemporâneo —para perceber, então, como eles o estão recriando à sua própria imagem.

O XERIFE VIROU VILÃO

Começando (bem) do início: nenhum país tem poder de polícia no interior de outro. Polícia, por definição, é um assunto interno a um Estado soberano; entre Estados soberanos, o que existe é a negociação ou a guerra.

Assim, mesmo que fosse verdadeira a acusação usada para o sequestro de Nicolás Maduro —de que ele encabeça uma rede de narcotráfico responsável por abastecer os EUA com toneladas de cocaína—, a ação continuaria sendo, do ponto de vista do direito internacional, uma agressão a outro país e não um ato legítimo de policiamento.

Por que, então, o governo Trump se dedicou por meses a construir essa acusação? Pelo único motivo que a encenação lhe permitiria, chegada a hora, justificar o fato de ter atuado ao arrepio dos limites que a legislação estadunidense impõe ao Poder Executivo para decidir sobre atos de guerra. Por essa lógica, o ataque não seria ilegal do ponto de vista do direito interno por não se tratar de uma intervenção militar, mas de uma ação policial.

A verdadeira legitimação, no entanto, viria menos dessa cortina de fumaça prévia que de seu resultado retrospectivo. O que ela permitia ao governo era agir segundo um dos pilares do modo trumpiano de fazer política: a ideia de que ninguém pode impedir aquilo que já aconteceu e que vence sempre, portanto, aquele que, tendo encontrado uma brecha para burlar o modo usual de fazer as coisas, logra criar um fato consumado que não terá mais como ser desfeito.

Que a acusação servia apenas para criar o contexto para um fato consumado é deixado claro por três dados. Um é o Departamento de Justiça norte-americano ter rapidamente reconhecido que o chamado Cartel de los Soles, de que Maduro seria o líder, não é uma facção narcotraficante real, mas uma convenção jornalística criada para designar uma rede de corrupção no interior do Estado venezuelano.

O segundo é, apenas um mês antes, Trump ter anistiado o ex-presidente hondurenho Juan Orlando Hernández, condenado com amplas provas por envolvimento em um esquema internacional de tráfico de drogas por quase duas décadas.

O último e mais importante é, uma vez a ação realizada, o próprio Trump ter imediatamente abandonado sua razão declarada para falar com todas as letras de sua motivação real: garantir acesso privilegiado ao petróleo venezuelano para empresas norte-americanas.

Seria um erro, contudo, enxergar nisso um ato falho. Tornar a mentira visível é parte da mensagem, como também o é o caráter mal-ajambrado das desculpas apresentadas em seguida para ameaçar Cuba, Panamá, Colômbia e Groenlândia.

O que está sendo comunicado aí é que a força de uma superpotência não implica somente a capacidade de fazer aquilo que deseja, mas a capacidade de fazê-lo sem prestar contas a

ninguém. Desde que mandou os helicópteros e bombardeiros a Caracas, Trump tem dobrado a aposta sistematicamente, como que desafiando a comunidade internacional: nós até podemos apresentar motivos, mas todos sabem que esses não importam; se nós quisermos realmente fazer o que dizemos, quem poderá nos parar?

Compare-se essa atitude com o discurso das intervenções militares dos anos 1990 e 2000, cujas justificativas —impedir crises humanitárias, "levar a democracia"— supunham uma concertação tácita entre os EUA e a comunidade internacional ou, pelo menos, aquela parte dela em que hoje se encontram os "cucks" da velha ordem (os países membros da Otan).

Nesse arranjo, a única superpotência global assumia o papel de polícia mundial contra elementos indesejados como grupos terroristas, "Estados falidos" e (alguns) regimes genocidas e se reservava, em troca, o direito de usar essa função em benefício próprio. Para obter os lucros dos processos de "construção nacional" que patrocinava, ela arcava com os custos das "mudanças de regime" e o que vinha depois.

Era um acordo de proteção como aqueles que as milícias cariocas impõem aos territórios que ocupam, mas não deixava de ser um acordo, isto é, um contrato cujos termos e procedimentos os EUA se comprometiam a pelo menos aparentar respeitar, recorrendo a instâncias como ONU e Otan e apresentando seus interesses como convergentes com aqueles do "mundo livre".

O que o ataque à Venezuela indica é que os EUA não veem mais esse acordo como vinculante: o xerife virou ladrão de gado e, daqui para frente, poderá usar a força exclusivamente em proveito próprio, sem dever satisfações a ninguém.

Isso, por extensão, comunica àqueles que o xerife no passado poderia ser chamado a coagir, como a Rússia na Ucrânia e a China em Taiwan, que, não havendo ameaça direta aos proveitos dele, cada um está livre para tentar fazer o que quiser. Uma lição que, a bem dizer, o governo israelense já vem botando em prática há mais de dois anos em Gaza.

A ARTE DO NEGÓCIO

Para entender o novo tipo de intervencionismo que pode ter nascido em Caracas é preciso, contudo, olhar para o cenário político doméstico norte-americano.

O ataque de 3 de janeiro aparenta ser desenhado para responder a três exigências internas. A primeira é o isolacionismo "America first" da base Maga (movimento Make America great again), cuja queixa, forjada no fracasso estrondoso das "forever wars" em que os EUA se meteram após o [11 de Setembro em lugares como Iraque e Afeganistão](#), consiste basicamente em perguntar por que caberia ao país o ônus de proteger nações distantes que frequentemente resistem aguerridamente a se deixar reconstruir.

A segunda são os [baixos índices de popularidade](#) que Trump tem enfrentado em virtude da incapacidade em dar respostas à crise do custo de vida que atinge o bolso dos americanos. Trata-se de um problema para o qual controlar as reservas de petróleo venezuelanas se apresenta como uma possível solução, ao menos temporária: um influxo de combustível a baixo custo pode ajudar a reduzir preços sem que seja preciso melhorar a renda da maioria da população.

A forma que a operação tomou é uma tentativa de resolver a aparente contradição entre essas duas exigências. Há anos, [diferentes cenários projetados pelo Pentágono](#) para uma mudança de regime na Venezuela apontavam que qualquer tentativa de intervenção acabaria em desastre: a população ficaria dividida, a oposição não teria o apoio dos militares, grupos paramilitares ocupariam o vácuo e o país mergulharia no caos.

Passada uma semana, é cada vez mais claro que a resposta encontrada foi um acordo pelo qual o que restou do chavismo aceitou entregar seu líder em troca de o governo norte-americano abandonar a oposição venezuelana à própria sorte. O regime foi decapitado, mas continua no mesmo lugar, com a ameaça de novos ataques o compelindo a ceder aos propósitos dos EUA em relação à indústria petroleira.

É uma aposta arriscada: o novo governo pode resistir, o regime pode se romper em uma luta interna e enviar tropas pode se tornar necessário, pelo menos para proteger poços e refinarias. Mas ela tem o potencial de oferecer um ganho material à base de Trump evitando as intervenções internacionais longas e custosas que ela não deseja mais. Entrega, ao mesmo tempo, algo que aqueles que o elegeram desejam, sim, demais: uma demonstração nua, crua e espetacular do poderio estadunidense. Essa é a terceira exigência.

É preciso entender Trump e o 3 de janeiro a partir da intersecção de duas tendências históricas: o declínio do império norte-americano e a colonização da política pela economia da atenção. É o declínio que explica por que os EUA não têm mais nem os recursos nem a disposição para seguir atuando como polícia do mundo (exceto talvez por meio de intimidações pontuais, como no Irã).

É ele também que faz com que o país, tendo [perdido para a China a corrida pelo domínio da tecnologia verde](#), sobre sua aposta nos combustíveis fósseis, se dispondo a fazer o mundo queimar para garantir o modo de vida dos cidadãos de uma economia em decadênci. É ele, ainda, que faz com que Trump, se sabendo muito atrás dos chineses no controle estratégico das terras raras, [ponha a Groenlândia na mira](#). É ele, por fim, que alimenta a nostalgia da potência perdida, que se converte nas fantasias de virilidade imperial (e imperiosa) que a extrema direita explora e atiça.

Por outro lado, é seu domínio da economia da atenção que faz com que o governo norte-americano compreenda que, se tais fantasias talvez não possam mais se realizar materialmente, elas ainda são passíveis de compensação simbólica, oferecendo à base a sensação de estar vencendo mesmo quando o resultado final é altamente incerto.

É a economia da atenção que ajuda a explicar a paixão de Trump pelas tarifas, medidas de resultado duvidoso que são, no entanto, efetivas como demonstrações de força, dando a impressão de que grandes mudanças estão ocorrendo mesmo que elas sejam revertidas logo em seguida. É ela, finalmente, que nos diz que, nessa nova era da política internacional em que estamos entrando, o poder é mais que nunca inseparável de sua projeção e as ações devem ser repentinhas e espetaculares para fazer com que tanto inimigos quanto (antigos) aliados se perguntam o que mais pode acontecer.

Não é necessariamente verdade que os EUA sejam capazes de obter tudo o que desejam na Venezuela, em Cuba, na Colômbia e na Groenlândia. Mas fazer com que todos pensem que eles podem tentar é essencial à "arte do negócio" trumpiana, porque inspira medo e faz com que os demais países se disponham a negociar termos que antes seriam impensáveis pelo simples fato de que ninguém mais está seguro de conhecer o chão onde pisa.

O MUNDO NO ESPELHO DA EXTREMA DIREITA

No mundo inteiro, a mensagem da extrema direita é de declínio: as pessoas se sentem perdidas, as instituições não dão respostas, a economia não atende a todos. Como pano de fundo, está a grande crise de que não se quer dizer o nome: o colapso ecológico, com a perspectiva de eventos climáticos extremos, crises de recursos de todos os tipos, crescimento dos conflitos armados e migração em massa.

A extrema direita acolhe a ansiedade causada por essas ameaça futuras, mas [a desloca em direção a inimigos presentes, reais ou imaginários](#), minimizando sua importância. Ainda assim, é nessa chave que se deve ler a passagem da hipocrisia ao cinismo: a de uma política pautada pela luta por um planeta cada vez mais inóspito, em que o nativismo, o fechamento das fronteiras e um [novo colonialismo](#) se tornam defensáveis para os cidadãos de países que têm a condição de garantir aos seus uma condição melhor de sobrevivência em um mundo em que essa se torna cada vez mais incerta.

Ser alfa, nesse caso, não é mais apenas questão de orgulho masculino, mas de assegurar uma chance melhor em um cenário distópico.

Real ou projetada, a força se torna, assim, uma resposta racional: o modo mais eficaz de obter o melhor negócio possível em meio ao colapso, a teoria dos jogos mais adequada ao fim de partida. É isso que Trump entendeu. Uma parte expressiva de sua base quervê-lo flexionar os músculos, quer ouvi-lo dizer sem rodeios que o faz para extorquir os demais países em busca do que é melhor para os EUA, porque foi para isso que ela o elegeu.

Agindo dessa maneira, ele tende a refazer a ordem internacional à sua imagem: incentivando outros países a embarcarem em suas próprias aventuras neocoloniais, estimulando as nações mais ricas a aumentar o gasto militar, como está fazendo a Europa, e as mais pobres a investir em guerra irregular, incitando atores soberanos não estatais, como milícias e cartéis, a se preparar para explorar as oportunidades que o caos geopolítico pode abrir.

Além de intervir diretamente para favorecer seus candidatos em outros países, como fez recentemente em Honduras e na Argentina, seu exemplo tende a fortalecer os líderes que assumem o mesmo discurso internacional agressivo (nos países mais fortes) ou aqueles que defendem um alinhamento automático aos interesses norte-americanos (como os políticos brasileiros que sonham com uma invasão em seu próprio país).

Anos atrás, o [psicanalista Adam Phillips](#) advertiu que a pior coisa a respeito de Trump é que ele [despertava o Trump interior](#) até mesmo das pessoas que não gostavam dele. Em breve, talvez vejamos essa observação se confirmar na maior escala possível.